

PROJETO MUNDIAR NA AMAZÔNIA PARAENSE: CORREÇÃO DE FLUXO E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM ANÁLISE

Danielly Cristinne Barbosa de Campos – UFPA/BRASIL, danielly.campos@ymail.com

Cinthia Mota Medeiros da Silva – UFPA/BRASIL, cinthiamedeiros28@gmail.com

Gustavo da Cruz Pereira Soares – UFPA/BRASIL, gustavocruzsoares@gmail.com

Resumo

Este texto analisa o Projeto Mundial, implantado em 2014 no estado do Pará, como uma política educacional voltada à correção da distorção idade-série, por meio da metodologia de teleaulas da Fundação Roberto Marinho. A pesquisa qualitativa fundamentou-se em análise bibliográfica e documental de fontes oficiais da Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc), de contratos de parceria público-privada e de documentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os resultados indicam que o Mundial materializa, no contexto amazônico, as diretrizes de uma programa educacional global, caracterizada por princípios gerenciais, padronização curricular, redução da carga horária, precarização do trabalho docente e priorização de metas quantitativas. Portanto, o projeto aprofunda a lógica mercantil na educação pública, fragiliza a autonomia escolar e desconsidera as especificidades da Amazônia paraense.

Palavras-chave: Amazônia Paraense; Projeto Mundial; Parcerias Público-Privadas.

Introdução

As políticas educacionais brasileiras das últimas décadas estão diretamente relacionadas à reconfiguração do papel do Estado e à ascensão de uma racionalidade gerencial que subordina os direitos da sociedade à lógica do mercado. Tal processo tem como marco o Consenso de Washington, de 1989, que difundiu diretrizes de disciplina fiscal, abertura comercial e privatização.

No Brasil, essas orientações foram incorporadas de forma sistemática a partir de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, com a implementação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Esse plano introduziu os princípios da administração pública gerencial, definindo a atuação estatal e influenciando as políticas educacionais (SILVA JÚNIOR, 2020).

No campo educacional, essa reforma estruturou-se na transferência de responsabilidades para os setores privados da economia. Por isso, instituições como Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna e Fundação Roberto Marinho passaram a atuar na formulação e execução de políticas educacionais em parceria com governos estaduais, difundindo uma concepção de

qualidade educacional ligada a resultados mensuráveis em avaliações como o IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica - (FREITAS, 2014).

É nesse cenário que o Projeto Mundiar está inserido, implementado no Pará desde 2013 como parte do Pacto pela Educação do Pará. Trata-se de uma adaptação regional do Telecurso da Fundação Roberto Marinho, com o objetivo de corrigir a distorção idade-série de alunos com 13 anos ou mais no 6º ano do fundamental e 17 anos ou mais no 1º ano do médio, por meio de teleaulas e material apostilado.

Por fim, este trabalho tem como objetivo analisar o Projeto Mundiar enquanto expressão local de uma agenda educacional globalmente estruturada, dialogando com Dale (2004), Freitas (2014) e Silva Júnior (2020).

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica e documental. Para Gil (2002), a pesquisa documental permite acesso a fontes diversificadas e possibilita a compreensão de fenômenos educacionais a partir de documentos oficiais.

Foram analisados documentos da SEDUC-PA: Edital Pregão Eletrônico nº 025/2014 (contratação da Fundação Roberto Marinho); Guia de Contribuição do Setor Privado para o Pacto pela Educação do Pará (2015); Sistema de Governança do Pacto pela Educação do Pará (2016); e Projeto de Melhoria da Qualidade da Educação Básica do Pará (BR-L1329), vinculado ao BID.

A análise documental foi complementada por revisão bibliográfica, e utilizamos a análise de conteúdo para identificar categorias como parceria público-privada, padronização pedagógica e metas de resultados.

Resultados e discussões

O Projeto Mundiar integra o Pacto pela Educação do Pará (2013), que estabeleceu metas como aumento de 30% no IDEB em cinco anos, redução da evasão e gestão por resultados (PARÁ, 2016). Para viabilizar essas metas, o governo buscou parcerias com instituições privadas e internacionais, destacando o financiamento do BID por meio do Projeto BR-L1329, que previa recursos para correção da distorção idade-série (PARÁ, 2014).

O Guia de Contribuição do Setor Privado (PARÁ, 2015) afirma que "a participação institucionalizada do setor privado no sistema de governança representa um grande avanço na busca da relevância do investimento social na área da educação". Isso, de certa forma, evidencia a naturalização da presença empresarial na formulação de políticas educacionais.

A SEDUC-PA justificou a contratação da Fundação Roberto Marinho declarando não possuir "competência e capacidade institucional" para desenvolver projetos em larga escala (PARÁ, 2014). Essa alegação prova o esvaziamento da capacidade estatal e a transferência de responsabilidades para o setor privado. A fundação foi contratada sob o argumento de que sua metodologia seria "moderna" e teria obtido "resultados eficazes em outros estados em curto período". A dispensa de licitação suscita questionamentos sobre a transparência da escolha.

O Projeto Mundial adota um modelo padronizado com carga horária reduzida: vinte e quatro meses para o fundamental e dezoito para o médio. As tele aulas são gravadas no Sudeste e transmitidas para telessalas no Pará, onde atuam "orientadores de aprendizagem" que acompanham os estudantes, mas não participam do planejamento dos conteúdos, sob controle exclusivo da Fundação Roberto Marinho.

Essa configuração descaracteriza a função docente. Freitas (2014) alerta que a padronização curricular retira dos educadores a autonomia para práticas contextualizadas para a realidade local. O material didático, produzido de forma centralizada, não contempla as especificidades socioculturais da Amazônia paraense, como as culturas ribeirinhas, quilombolas e indígenas, comprometendo a significação dos conhecimentos.

O financiamento do BID revela dependência de recursos externos para implementação de políticas educacionais, comprometendo a soberania do Estado. Conforme Silva Júnior (2020), tais empréstimos vêm acompanhados de recomendações sobre o conteúdo das políticas, reforçando a hegemonia de um modelo educacional orientado pelo mercado internacional.

O documento prevê o monitoramento dos resultados segundo parâmetros estabelecidos pelo BID, mensurando o sucesso das ações educacionais por meio de indicadores quantitativos externos, sem considerar os processos formativos. Nessa ótica, a lógica da prestação de contas e da eficiência gerencial se sobrepõe à lógica do direito à educação, que, conforme estabelece o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 1988).

A redução da carga horária e aceleração dos estudos prioriza a certificação rápida em detrimento da qualidade do processo formativo. Os estudantes são submetidos a regime intensivo que dificulta a apropriação significativa dos conhecimentos, o que aprofunda as desigualdades educacionais.

Dale (2004) conceitua "agenda globalmente estruturada para a educação", na qual políticas locais são reestruturadas em função do capitalismo global. No Mundial, se observa a materialização dessa agenda por meio da adoção de princípios como eficiência e avaliação por resultados, em detrimento da autonomia e contextualização.

O Projeto Mundial está inserido no movimento de empresariamento da educação. Freitas (2014) argumenta que os reformadores empresariais buscam a abertura de novos mercados educacionais. Ao substituir professores por orientadores de aprendizagem e centralizar decisões curriculares, o projeto retira da comunidade escolar a possibilidade de construir coletivamente seu projeto pedagógico.

Conclusões

A análise permite concluir que o Projeto Mundial constitui expressão local da agenda globalmente estruturada para a educação, caracterizada pelo gerencialismo, parcerias público-privadas e padronização curricular.

Os principais pontos analisados indicam que o projeto: a) foi concebido a partir de orientações do BID; b) resultou de parceria com a Fundação Roberto Marinho; c) adota modelo padronizado com redução da carga horária; d) fragiliza a autonomia docente; e) prioriza metas quantitativas; f) desconsidera as especificidades amazônicas.

Embora o discurso oficial apresenta o projeto como inovador, a análise crítica revela seus limites. A correção da distorção idade-série não pode ser enfrentada com soluções padronizadas que comprometem o direito à educação de qualidade. É necessário construir alternativas que articulem o fluxo escolar com valorização dos saberes locais, autonomia docente e participação democrática.

Referências

- DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.
- FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez., 2014
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. Edital pregão eletrônico SRP nº 025/2014 - NLIC/SEDUC/BID. **SEDUC**, [on-line], 17 jun. 2014. Disponível em: <tinyurl.com/y6dawhdu>. Acesso em: 10 out. 2020.
- PARÁ. **Guia de Contribuição do setor Privado para o Pacto Pela Educação do Pará**. Belém: [s.n.], 2015. Disponível em:<tinyurl.com/y4zya54f>. Acesso em: 18 out. 2020.
- PARÁ. **Sistema de Governança do Pacto pela Educação do Pará**. Belém: [s.n.], 2016. Disponível em:<tinyurl.com/y4zya54f>. Acesso em: 19 out. 2020.
- SILVA JÚNIOR, J. R. **Parecer sobre o Programa Future-se a pedido do CoC-CECH**. [S. l.: s. n.], 2020.